

Toques&Dados

Informativo do Sindados - MG - 01/09 a 07/09 de 2019

EM DEFESA DO SERPRO E DATAPREV COMO EMPRESAS PÚBLICAS



O anúncio do SERPRO e DATAPREV como empresas a serem privatizadas, feito pelo governo Bolsonaro, é mais um absurdo que precisa ser rebatido com dados e informações, na perspectiva de revertermos este plano que põe em risco a soberania nacional.

Privatizar o SERPRO e a DATAPREV significa colocar em risco o sigilo e a segurança de dados estratégicos de empresas e de milhões de brasileiros. Estamos falando de empresas que armazenam dados fiscais dos contribuintes, informações do comércio exterior, segurança pública, pensionistas, veículos automotores, condutores e muito mais. Dados que são estratégicos do Estado Brasileiro.

O SERPRO está presente em todo o País, tem cerca de nove mil empregados de alta qualificação e é a maior empresa pública de Tecnologia da Informação do mundo. É responsável pelos serviços vinculados ao fornecimento do CPF, passaportes, declaração do Imposto de Renda, emissão de CNPJ; pelo suporte no combate às fraudes e à corrupção, licitações e outros processos públicos. Estima-se que mais de quatro mil sistemas são providos pela Empresa.

A DATAPREV, por sua vez, possui cerca de 3.600 empregados, de reconhecida qualificação profissional e, em meio à complexidade do trabalho que desenvolve, é responsável pelo processamento das informações previdenciárias da Receita Federal do Brasil; do pagamento mensal de cerca de 34,5 milhões de

benefícios previdenciários; pela liberação do seguro desemprego; e responde pelas funcionalidades dos programas que rodam nas estações de trabalho das agências do INSS e postos do SINE (Sistema Nacional do Emprego).

Por que temos que nos posicionar contra a privatização?

Não podemos abrir mão da soberania nacional e é este o significado das privatizações. Em qualquer lugar do mundo existem segmentos da administração e do Estado nacional que são privativos do controle estatal. A natureza estratégica que têm as informações armazenadas nos servidores do SERPRO e DATAPREV incide sobre toda a sociedade brasileira (pessoas físicas e jurídicas) e têm de estar sob a proteção do Estado. A privatização envolve riscos de segurança de dados e de informações da população.

Além disto, é da natureza das empresas privadas buscar o lucro, diferente das empresas públicas, onde a prioridade é a função social que exercem, ainda que algumas deem muito lucro, como é o caso dos CORREIOS, PETROBRAS, entre outras. A gestão pública incorpora mais tecnologia para prover os serviços aos cidadãos, sempre numa preocupação grande com o custo. Em mãos privadas, essa tecnologia certamente custará mais caro. Sem contar que a privatização pode criar um monopólio privado na área de TI, o que significará, por exemplo, a imposição de regras e preços aos cidadãos e ao Estado, que podem implicar em maiores sacrifícios das pessoas e de toda a sociedade.

A proposta governamental de privatização do SERPRO e da DATAPREV está na contramão do movimento que entende que os dados armazenados em bancos de dados estatais são de segurança, é o novo “ativo” do século XXI. Grandes empresas nacionais e estrangeiras estão de olho no SERPRO e na DATAPREV. Muitos países têm debatido e aprovado legislações que buscam proteger a segurança dos dados de seus cidadãos e este anúncio de privatização das empresas vai no sentido oposto.



CADASTRE O CONTATO DO SINDADOS

Envie um WhatsApp com seu nome e empresa onde trabalha para receber os informes do SINDADOS MG e para entrar em contato conosco.

Comunicação Sindados: 31 98422-5777.

NEGOCIAÇÃO DATA-BASE SETEMBRO: 15% X 2,25%

Todas as reivindicações da pauta apresentada pelos trabalhadores de TI, através do SINDADOS/MG, aos patrões, estes representados pelo SINDINFOR, são muito importantes. Porém, o índice de reajuste sempre tem maior relevância para a categoria. Os 15% reivindicados pelos trabalhadores foram respondidos com 2,25% pelos patrões.

Ocorre que a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM) divulgou que a demanda por serviços de Tecnologia da Informação cresceu 7,7%, em 2018, enquanto que o IDC Brasil (empresa em inteligência de mercado e consultoria nas indústrias de Tecnologia da Informação) informou que a expectativa é de crescimento de 10,5%, em 2019. Os trabalhadores, por sua vez, têm plena consciência deste crescimento.

A pergunta que não quer calar é: entre os atores que estão propiciando este crescimento não estariam, principalmente, os trabalhadores?

Ao apresentar um índice de reajuste de 2,25% as empresas negligenciam e desprezam o seu capital intelectual (conhecimento, habilidade e experiência), expresso no

profissionalismo de cada empregado existente em cada setor de trabalho. Esta proposta, além de não repor as perdas salariais, não estende sequer os benefícios do crescimento do setor de informática.

A lógica dos donos das empresas de TI precisa se modificar, pois não é possível o capitalismo se reproduzir sem trabalho humano. O crescimento das empresas é fruto da inteligência dos seus empregados e nos depararmos com um índice de reajuste tão rebaixado é uma verdadeira frustração para a categoria. Motivo de indignação.

Os trabalhadores de TI não querem apenas a reposição das perdas do período; eles querem valorização financeira. Só repor as perdas não é valorizar financeiramente a dedicação de cada empregado (a), em cada local de trabalho. Além da diferença enorme entre o pleiteado, em termos de índice, houve uma negativa da maioria da pauta reivindicada, o que torna a negociação complicada.

Esperamos que as empresas reflitam sobre as necessidades apresentadas pelos trabalhadores nas suas reivindicações. Precisamos evoluir na negociação em todos os sentidos. Crescer as empresas, crescer os funcionários, esta é a proposta dos trabalhadores.

Trabalhador, entre em contato com o Sindados para denunciar qualquer problema ou irregularidade na empresa em que trabalha: sindados@sindados-mg.org.br



NEGOCIAÇÃO PRODEMGE

A negociação do ACT 2019/ 2020 da PRODEMGE está em andamento, tendo já ocorrido duas reuniões. Já na primeira reunião o presidente da PRODEMGE manifestou que não há previsão de conceder aumento salarial, por causa da situação financeira da Empresa. Além disso, afirmou que os salários praticados são altos. Tal argumento foi rebatido pelo Sindicato, que levou à mesa uma pesquisa que mostra que os salários da PRODEMGE não são altos, como alega o presidente.

Mesmo as cláusulas que não geram impacto financeiro direto, como o abono social, a ampliação e concessão de acompanhamento a consultas, foram rebatidas pelo presidente, que não tem se mostrado muito disposto a negociar.

Relativo ao plano odontológico, a Empresa justificou que os planos existentes no mercado não oferecem um bom atendimento e cobertura, todavia, discutiu a hipótese de contratação. Ocorre que, neste caso, a direção da PRODEMGE se comprometeria a arcar com apenas 10% de participação do valor da mensalidade, deixando os outros 90% para serem pagos pelos trabalhadores, e, ainda assim, deixou claro que tal proposta demandaria um estudo de impacto financeiro.

Um ponto muito polêmico da reunião de negociação foi o

tíquete, pois o presidente considera que o valor pago atualmente é alto, e, como justificativa, afirmou que ele e a atual diretoria fazem refeições diárias na Cidade Administrativa (CAMG) ao custo de R\$15,00, com direito a um copo de bebida. Informou ainda que está realizando pesquisas de valores praticados em outras empresas públicas e que está sendo feito estudo para que a PRODEMGE revise o valor pago aos trabalhadores. Corre na "rádio corredor" que tal revisão é para reduzir o valor do tíquete. Onde há fumaça, há fogo.

Obviamente, o SINDADOS e a CT rebateram cada argumento da Empresa, detalhando os índices e dados que pautaram todas as reivindicações contidas na pauta, trazendo à mesa dados financeiros da própria PRODEMGE, defendendo de maneira firme a pauta apresentada e as conquistas já existentes no rol de direitos dos trabalhadores.

Já a segunda reunião, realizada no último dia 29 de agosto, se limitou, infelizmente, a esclarecimentos e fundamentação sobre o reivindicado pelos trabalhadores, porque quem compôs a mesa pelo lado da Empresa não tinha autonomia para negociar.

A próxima mesa está prevista para segunda-feira, dia 02/09.

Que a direção da PRODEMGE valorize os seus trabalhadores!

ACONTECE EM OUTRAS CATEGORIAS



Lutar contra a privatização do Correio É FUNDAMENTAL. O Correio, empresa pública de direito privado, é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Surgiu no Brasil em 25 de janeiro de 1663, e apenas em 20 de março de 1969, com a reorganização do serviço postal pela Lei nº. 509, que foi transformado em Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Presente nos 5.570 municípios do País, o Correio presta serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas à logística integrada, além de serviços financeiros e de conveniência. Trata-se da maior empresa de logística e postal da América Latina, com um papel relevante na integração do território nacional.

Esta empresa é responsável pela universalização dos serviços postais no Brasil e cumpre uma função social ao garantir à população o acesso à cidadania, servindo de “balcão” do cidadão, atuando no pagamento de pensões e aposentadorias; na distribuição de livros escolares; no transporte de doações em casos de calamidade; em campanhas de aleitamento materno; no treinamento de jovens carentes; na organização das correspondências dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; no processo eleitoral, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE); na manutenção das condições de saúde em todos os municípios brasileiros, junto à rede hospitalar pública, seja na entrega das vacinas e remédios nos mais diversos locais, seja na entrega de materiais de pesquisa tanto nos hospitais, quanto nas universidades públicas, dentre outras importantes funções.

Ao longo de todo tempo de sua existência, o Correio implementou novas tecnologias aos seus serviços, como sistemas de rastreamento dos objetos e entrega via smartphone, dando ao cliente mais precisão nas informações. Entretanto, os recursos necessários para investimentos na melhoria da Empresa têm sido constantemente transferidos de forma indevida para o Governo Federal, através de repasses como os que, no último período, totalizaram cerca de R\$ 6 bilhões. O resultado desta política é a precarização e o sucateamento da ECT, sendo a falta de concurso público, redução do quadro funcional, o excesso de trabalho e as péssimas condições de trabalho os maiores exemplos.

Além da não contratação, o efetivo de trabalhadores sofreu grande redução, resultado das aposentadorias e dos PDV's (Plano de Demissão Voluntária). Em 2015, a Empresa contava com um efetivo de quase 130 mil funcionários em todo o País. Em julho de 2019, esse número caiu para cerca de 104 mil funcionários.

O lucro rotineiro da ECT é uma prova concreta de que ela é uma empresa pública, financeiramente saudável, que não depende de verbas federais para o seu funcionamento, é autossustentada e muito lucrativa, mesmo não sendo o lucro o seu objetivo, mas sua função social.

Recentemente, os Correios noticiaram o fechamento de 161 agências no País. Porém, no início de 2018, a direção da Empresa já havia anunciado o encerramento de 775 agências próprias. Este fato foi denunciado em diversas Audiências Públicas nas Assembleias Legislativas e também no Congresso Nacional.

O plano da direção da ECT e do Governo Federal é de entregar as agências nas mãos da iniciativa privada e privatizar o setor de logística dos Correios nas cidades industrializadas (cerca de 400 cidades), favorecendo grandes empresas de comunicação postal internacional como FEDEX, UPS, DHL, AMAZON e a gigante chinesa ALIBABA, que também entrou na disputa para arrematar o Correio brasileiro, extremamente lucrativo.

O único meio de defender os Correios e as demais estatais brasileiras na lista da privatização é organizarmos uma luta unificada, que exija o fim do desmonte do Estado brasileiro e defenda os empregos, contra a privatização das Estatais.

Não à privatização do Correio e demais estatais!

Correio privatizado, você prejudicado!

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

INFORME JURÍDICO



Empresas	Processo	Data	Hora	Vara
GOOGLE	0011090.46.2017.5.03.0019	02/09/2019	08:30	19ª
ORG. MINEIRA DE SISTEMAS	0011740-33.2016.5.03.0018	03/09/2019	09:50	18ª
MICROSOFT	0011196-36.2017.5.03.0139	16/09/2019	11:15	39ª
DMASTER	0011306-13.2017.5.03.0114	23/09/2019	13:30	35ª
DTI SISTEMAS	0011592-33.2017.5.03.0003	03/10/2019	10:40	3ª
CPM BRAXIS	0011444-50.2016.5.03.0005	15/10/2019	10:30	5ª

FICHA DE FILIAÇÃO SINDADOS MG

Nome: _____

Endereço Residencial: Rua/Av.: _____ N° _____ Complemento _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone Celular: _____ Whatsapp: _____

Email privado: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____

Naturalidade: _____ RG N°: _____ CPF N°: _____

Empresa onde trabalha: _____ Cargo/Função: _____

Dependentes legais:

1) _____ 2) _____

3) _____ 4) _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Nome (letra de Forma): _____

Assinatura: _____

Autorização para Desconto em Folha

Pela presente, autorizo (nome da empresa onde trabalha) _____, minha empregadora, descontar em minha folha de pagamento, mensalmente, 1% (um por cento) do meu salário nominal vigente, em favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais - SINDADOS/MG, CNPJ 19.715.739/0001-08, com sede na Rua David Campista, 150, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-090 e depositar na conta do mesmo, na Caixa Economica Federal, Agencia 0086, Conta Corrente 501.634-0.

Para constar firmo a presente.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Nome (letra de Forma): _____

Assinatura: _____

Autorização de Desconto (Boleto Bancário)

Pela presente, eu, _____
CPF: _____, concordo em contribuir com 1% (um por cento) do meu salário nominal, a título de mensalidade de sócio do Sindados/MG - Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 19.715.739/0001-08, com sede na Rua David Campista, 150 - Bairro Floresta - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.150-090.

Para constar, firmo a presente.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Nome (letra de Forma): _____

Assinatura: _____